

O Papel dos “Brasileiros” nas vilas do Minho: o caso de Fafe

MONTEIRO, Miguel, “As Vilas de ‘Brasileiro’ - O Caso de Fafe”,
In *Os Brasileiros da Emigração*, Alves, Jorge Fernandes (Coordenação),
Vila Nova de Famalicão,
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão,
1999

Na actual Fafe, existem evidências materiais e simbólicas que justificam o estudo da emigração para o Brasil. Tais evidências são a consequência explícita e visível dos investimentos feitos pelos "Brasileiros" em tempo de "vai e torna", ou no seu regresso definitivo, principalmente dos que emigraram na década de trinta do século XIX.

Podemos afirmar que, durante a segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, existiu uma estreita relação entre a emigração do concelho de Fafe e as transformações arquitectónicas, sociais, económicas e culturais verificadas na vila.

A emigração para o Brasil é um dos fenómenos sociais mais relevantes do século XIX, visto na perspectiva do conjunto das transformações estruturais ocorridas em Portugal, manifestando-se, em Fafe: na ampliação da área administrativa, passando o concelho de 13 freguesias, dois Coutos e uma Honra, para um território único, que passou a contar 36 freguesias; no reforço da estrutura viária com a construção de pontes, estradas e o caminho de ferro (mantendo-se, no entanto, o sentido do antigo eixo viário que liga o litoral ao interior); no aumento da circulação de pessoas e mercadorias; na instalação de indústrias de fição e tecidos; na assunção da vila como centro político e administrativo, reforçando a função simbólica dos novos agentes do poder político, vistos como homens livres e iguais perante a lei; e, finalmente, na valorização da classe dirigente local, que procurava novos sinais de distinção e novos indicadores de estatuto, legitimadores da nova ordem político-administrativa, na qual se destacam os "Brasileiros" de "Torna-viagem" e os seus descendentes.

Por outro lado, a mobilidade, inscreve-se na estrutura social, condicionadora de distintas opções de mobilidade: migração interna, emigração de retorno e emigração

com ausência definitiva de Fafe e compreende os constrangimentos que impedem a saída de Fafe.

A análise do retorno de sucesso e dos seus efeitos, analisados através das fontes locais e das histórias de vida dos naturais da freguesia de Fafe e dos que, sendo de outras freguesias, nela se instalaram, leva-nos a concluir que existiu uma forte relação entre o regresso definitivo e o estatuto social e familiar, bem como das estratégias de conservação e reafirmação do lugar social das famílias de origem.

Quem é o "Brasileiro"?

Em 1896, João Chagas refere-se a esta personagem nos seguintes termos:

"O brasileiro rico manda os filhos a educar às Universidades de França, da Bélgica e da Suíça, para a escola de engenharia de Gand, para a de agricultura de Gembloux, para a de Artes e Ofícios de Liège, para a de Medicina de Montpellier, ou para as Faculdades de Paris".¹

Neste mesmo sentido, Eça de Queirós descreve esta figura da seguinte forma:

"Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil - mas o português que emigrou para o Brasil e voltou rico do Brasil é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular [...]. De facto, o pobre brasileiro, o rico Torna-viagem, é hoje, para nós, o grande fornecedor do nosso riso".²

Em 1920 o jornal "O Desforço" dá notícia dos emigrantes no Brasil, na qual se percebe uma outra imagem do emigrante, servindo-se de uma carta do Pará, que diz: "*os portugueses são mal tratados pelos nativos de lá, que os alcunham de galegos*".³

Os documentos anteriores enunciam classificações positivas e negativas dos emigrantes distinguindo os que se encontravam em situações de sucesso económico e os que estavam em dificuldades.

O "Brasileiro" é uma personagem com sentido histórico, económico e social temporalmente limitado entre 1850 e finais do século. Referir-nos-emos aqui, apenas, aos que em Fafe, através das representações de retorno bem sucedido, exibiram, principalmente durante este período, o sucesso económico.

¹ CHAGAS, João, "Aspectos do Brasil", *Branco e Negro*, Lisboa, 1 (3), 1896

² QUEIRÓS, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Vol. 2, Porto, Lello, 1978, pp. 87-89

³ "O Desforço", Fafe, 9 de setembro

A crise económica vivida no Brasil, nas primeiras décadas do séc. XX, reflecte-se, não só na vida dos que se encontravam no outro lado do Atlântico, mas também em Fafe, diminuindo os investimentos dos "Brasileiros" nos diferentes sectores da vida local, tomando a sua mais expressiva forma no facto de a Igreja de São José, iniciada por "Brasileiros" em 1895, apenas ter sido concluída em 1961.

A crise evidencia-se com o suicídio de Álvaro Monteiro de Campos e João Alves de Freitas, em 1915 e 1917, respectivamente, devendo-se aquele acto ao desespero financeiro em que se encontravam. O acto do suicídio destes dois ricos "Brasileiros" de Fafe, senhores das mais grandiosas casas da vila, justificar-se-ão pelo facto de serem filhos de ricos proprietários, incluídos no grupo dos quarenta maiores do concelho e pertencerem a famílias fortemente ligadas ao poder político, social e religioso local, procurando, daquele modo, preservar a família.

A dimensão do negócio de João Alves de Freitas é expressa no seguinte texto:

«Os Srs. João Alves de Freitas & C.^a L.^a, são estabelecidos à Rua Marechal Deodoro, 37, Manaus, com casa importadora, exportadora e comissária; são também proprietários de seringais e de vapores. São sócios da firma os Srs. João Alves de Freitas e Eduardo Fernandes, ambos de nacionalidade portuguesa. A firma é proprietária de oito seringais, onde têm um pessoal de cerca de 800 homens e de onde recebe cerca de 250 toneladas de borracha anualmente.

Estes seringais, que ocupam uma área de mais de 800 milhões de metros quadrados, ficam de 17 a 25 dias de viagem, em vapor, de Manaus. A firma foi estabelecida em 1901 e importa toda a sorte de mercadorias da Europa, Norte América e Estados do Sul do Brasil. Faz parte da associação Comercial do Amazonas, da qual os sócios foram directores. A firma possui também quatro vapores fazendo transporte no rio Juruá e outros, e ocupa em Manaus um bom edifício.»⁴

⁴ Impressões do Brasil no Século Vinte – Sua História, Seu Povo, Comércio, Indústria e Recursos, Ed. Loyd's Greate Brittain Publishing Company, L^a - (Direct. Principal Loyd), London, 1913, p. 1005

Fafe: Uma vila eleita pelos «Brasileiro» de retorno

O concelho de Fafe localiza-se no Minho geográfico. O Minho dos contrastes, económicos, sociais e humanos: O Minho Litoral, o Alto Minho e o Minho Interior.

Fafe, dentro desta região do Norte do país, pertence ao Minho do Interior; o Minho do Alto Ave e dos contrafortes do Marão, da Cabreira e do Gerês, onde predominam pequenos vales percorridos por pequenos ribeiros originários da cadeia montanhosa que circunda o concelho e preenche a maior parte do seu território a que a romanização chamou de "Mons Longus", onde radica a antiga designação de concelho.

Os limites geográficos do interior são definidos, a Norte pelo rios Ave e a Este pelo Tâmega, os quais, através de vales profundos, marcam as fronteiras desta micro - região no sentido Este-Oeste e Norte-Sul, delimitando-se assim das terras do Barroso e do Marão.

Geograficamente, Fafe é já o fim dos vales extensos e abertos do Litoral, que lentamente se ajustam e se reduzem, aproximando-se progressivamente aos contrafortes das montanhas do interior, anunciando o início dos concelhos do Minho Interior

Podemos dizer que existe uma grande diversidade de abordagens e conceitos para a região: o Minho geográfico das montanhas e dos vales, das planuras regadas e das encostas secas, do granito, dos vinhos verdes: o Minho rural e o Minho urbano de pequenas vilas.

«Olhe, meu caro, esta boa terra de Fafe é assim: pão pão, queijo queijo - portuguesa de lei, hospitaleira, franca até á rudeza e capaz também de pôr um bom cacete de cerquinho, a sua justiça deles, onde el-rei não haja posto a sua própria.

E é que a espada vai na burra, e nada por isso de contrariar a altaneira Fafe. Mas é de simpatizar, não é verdade?

Eu, de mim, quando ao regressar de Basto, em uma das excursões que fiz pela província, cheguei ao alto da Gandarela e avistei a larga bacia enflorada de esmeraldas, em que assenta a maior parte do

concelho, paisagem onde a luz ri e a água brinca, tive a compreensão desta alegria máscula e saudável, deparando no vale extenso e nas montanhas rudes com o aspecto duma natureza, que é ao mesmo tempo uberrina e alegre, forte e expansiva. Aí tem o homem explicado pelo meio.»⁵

Como as formas utilizadas de interacção dependem da natureza da paisagem e dos homens que a utilizam, José Augusto Vieira, em "O Minho Pitoresco" testemunha a transformação que a vila de Fafe conhece, em 1886, referindo-se à vila e aos que a habitavam nos seguintes termos:

«Haja em atenção ao relógio da Praça municipal que lhe marca as pulsações -, a duas ou três ruas mais e a um outro largo se reduz a topografia local.

Fazendo esta visita percebe-se bem, que vai numa fase crescente de prosperidade a velha Fafe e que o elixir da fortuna a remoja deveras; as construções particulares aí estão em abundância para o comprovar, tanto mais que se lê o sorriso da abastança alegre, que deve animar a fisionomia dos seus proprietários».⁶

O autor atribui aos proprietários fafenses a prosperidade da vila, ou seja, aos emigrantes do Brasil, que, nesta altura, marcavam já a sua presença de retorno definitivo.

Podemos concluir que a Fafe do século XIX foi produto da estreita interacção entre a comunidade dos residentes e dos ausentes no Brasil, ganhando estes um forte significado para os primeiros, o que é expresso nos apelos constantes feitos na imprensa local para a sua participação em iniciativas de interesse da comunidade, e no seu reconhecimento público, nomeadamente, quando aí se pede que seja atribuído o nome de "Praça do Brasil" a um dos largos da cidade.

Esta ideia é explicitada através do jornal "O Desforço", de 1 de Junho de 1914, que sugere ao "Brasileiro" Bernardino da Cunha Mendes, que tomasse a seu *cargo* "um melhoramento qualquer da sua iniciativa", sendo-lhe proposto o arranjo do Largo

⁵ VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo 1, Lisboa, Liv. M. Pereira, 1886, p.566

⁶ Idem, *Ibidem*, p.567

da Estação do Caminho de Ferro, ao qual, *«depois se lhe poderia dar com satisfação o seu nome»*⁷.

Ao mesmo tempo a Câmara Municipal, em sessão de Câmara de 24 de Fevereiro de 1917, delibera atribuir ao largo do Santo a designação de Praça do Brasil, fundamentando a decisão no facto de ter sido naquele país, que muitos dos cidadãos locais *«apanharam o dinheiro para tornar esta terra encantadora»*⁸.

Esta atitude, de público reconhecimento ao emigrante do Brasil, tinha sido já referida no jornal «O Desforço» de 6 de Dezembro de 1912, onde se reconhecia que foi no Brasil onde muitos foram ganhar *«as suas fortunas para depois virem edificar aqui as suas habitações, dotando a vila com casas de caridade»*.⁹

Desta época estão documentadas um conjunto interessante de iniciativas de natureza filantrópica, promovidas por alguns destes emigrantes, cobrindo os mais diversos domínios, ao mesmo tempo que se encontram presentes e activos nas instituições públicas e particulares.

A construção do edifício do Hospital de São José ou da Misericórdia (iniciada em 1859 e inaugurado em 1863) é produto da estreita ligação dos ausentes no Brasil, com os residentes na Vila de Fafe, surgindo na cidade do Rio de Janeiro uma comissão de subscritores para angariação de fundos para a construção do Hospital na terra Natal, tendo como presidente o Comendador António Gonçalves Guimarães, Bernardo Ribeiro de Freitas, Luís António Rebelo de Castro, Leonardo Ribeiro de Freitas, Comendador Albino de Oliveira Guimarães, Comendador José António Vieira de Castro, José António Martins Guimarães, António Joaquim de Castro, António Joaquim da Silva, Agostinho Gonçalves Guimarães e António Gomes de Castro, tendo conseguido, numa primeira subscrição, angariar cinco contos de reis.¹⁰

Em Fafe, uma outra comissão, constituída por: Dr. Florêncio Ribeiro da Silva, António Leite Lage, José Florêncio Soares, Miguel António Monteiro de Campos, sendo os três últimos emigrantes de retorno definitivo bem sucedido, tinha como obrigação de edificar o Hospital de Fafe.

⁷ “O Desforço”, Fafe, 1 de Junho de 1914

⁸ Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º 22 de 24 -2-1917

⁹ “O Desforço”, Fafe, 6-12-1912

Este empreendimento é noticiado na imprensa do Porto, na qual se destaca a figura do "Brasileiro" José Florêncio Soares:

"Abre-se Quinta-Feira em Fafe a parte que se acha feita e com capacidade para receber nove doentes. Este estabelecimento de caridade deve-se aos esforços de alguns cavalheiros de Fafe e muito particularmente ao Sr. José Florêncio, que tem sido incansável em promover os meios para levar a efeito um tão útil como humanitário estabelecimento.

[...] Na Quinta-Feira à noite dá o Sr. Florêncio, distinto Cavalheiro de Fafe, um esplêndido baile. Fazem-se grandes preparativos para esta função, que promete ser sumptuoso. A casa do Sr. Florêncio é das mais lindas de Fafe e o salão é magnífico."¹¹

Quem era este José Florêncio Soares?

Era filho do Dr. Miguel António Soares, natural de Antime, cirurgião e proprietário, casado com Maria Joaquina Gonçalves Moreira, filha de Manuel Gonçalves Moreira e de Francisca Rosa de Araújo, residentes na Rua Nova de Fafe, neto de Rosa de Castro, solteira.

José Florêncio Soares nasceu em 04-03-1824 e faleceu em 01-04-1900. Emigrou para o Brasil em 20-10-1837, com 13 anos de idade. Casou no Brasil com Maria Teresa da Costa, natural do Rio de Janeiro, filha de Domingos José da Costa, português e natural de Oliveira de Azeméis e de Senhorinha Zesuina da Silva, natural de Minas Gerais. Em 1859, é um dos 40 maiores proprietários do concelho com a contribuição de 27\$619 réis para efeitos de elegibilidade a deputado, definido pelo Decreto Lei de 30-9-1852.¹²

Com menos de quarenta anos de idade, este "Brasileiro" de retorno, é proprietário de uma das mais notáveis casas de «Brasileiro» de Fafe, datado de 1861, sócio da Fábrica do Bugio, da qual veio a ser o único proprietário em 1894.

¹⁰ Cf. COIMBRA, Artur F., "Os «Brasileiros» e a assistência em Fafe", *Dom Fafes*, Ano IV, n.º 4, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1997, pp.51-57

¹¹ "O Comércio do Porto", Porto, 21 de Março de 1863

¹² Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º 7, 6-9-1859

Foi administrador do Concelho, Presidente da Câmara, envolvendo-se em contendas políticas com os seus adversários, levando-o a mandar esculpir as suas figuras na casa de banho.

No seu testamento lavrado a 4-4-1899, declara ser viúvo e institui como seus herdeiros o seu único filho legítimo, José Florêncio Soares Júnior, o seu irmão Dr. José Maria Soares e Castro e em terceiro lugar, Manuel Carlos Rodrigues Alves, comerciante na cidade do Porto, casado com a sua sobrinha Constança Lobo, deixando aos dois últimos um conto de réis em moeda corrente.

Sobre o seu funeral, determina que este seja feito segundo a vontade do seu primeiro testamenteiro, mas sujeito às seguintes condições: ser feito sem convites nem pompas, proibindo expressamente o oferecimento de coroas e armações em casa e na igreja e sem a publicação na imprensa do seu testamento. Deveriam ser ditas dez missas em sua alma e dez pela alma dos seus pais, sogros e parentes já falecidos, ditas em altar privilegiado e dando-se esmola de mil réis por cada uma.

Deixa a Rosalina Esteves, solteira, o usufruto de cinco contos de réis e aos três filhos menores desta, cinco contos de réis para cada um, num total de vinte contos de réis pagos em três prestações, contadas entre seis meses após a sua morte e três anos. Uma prestação mensal de vinte e cinco mil réis pagos durante dois anos, nos dias quinze de cada mês. A forma de pagamento e processo definidos em testamento, relativos a Rosalina Esteves e seus filhos, ficariam condicionados à prestação de contas à Administração do Concelho.

Deixa à irmã Rosa a pensão mensal de dez mil réis, enquanto for viva, e depois desta falecer, deixa à sua criada Maria Rainha, cinco mil réis mensais, também enquanto for viva. Deixa a Bernardino Monteiro, caixeiro da sua já falecida irmã Felicidade, cem mil réis.

Aos empregados do seu escritório e aos empregados da fábrica são deixados ordenados dobrados do mês em que falecer. Aos operários da fábrica, o jornal de seis dias, conforme o que ganham, o qual será pago no mês do falecimento. Deixa aos criados e criadas que estiverem ao seu serviço, no dia do sua morte, soldadas dobradas, relativamente ao que ganhariam naquele ano.

É instituído como único e universal herdeiro e do remanescente da sua terça, o seu filho, Dr. José Florêncio Soares Júnior, ficando este obrigado ao cumprimento das disposições testamentárias, todos os legados pagos e livres de contribuição e quaisquer outros encargos.¹³

O envolvimento deste "Brasileiro" na construção do hospital terá sido influenciado, não só pelo facto do seu pai ser médico cirurgião, mas também pelo facto do seu irmão, José Maria exercer a profissão de médico.

Como aspecto interessante da sua personalidade, refira-se que mandou lavar numa lápide funerária de granito os seguintes dizeres: "aqui jaz quem sempre amou o trabalho", ficando sepultado em campa rasa.

A imprensa local do século XIX e das primeiras décadas do XX reflecte a existência de laços de interdependência entre os emigrantes do Brasil e os da terra de origem, não só pela quantidade das informações, como pela diversidade dos conteúdos, expressando-se nos mais diversos sentidos: nos apelos à filantropia, manifestando a carência económica e social do concelho; na exaltação do sucesso económico dos emigrantes, apresentando-os como ilustres dignatários de prestígios merecidos; nas contendas políticas em que estes se envolveram.

As deferências que a imprensa dispensa aos "Brasileiros" não se devem exclusivamente à riqueza demonstrada por estes emigrantes, mas também ao prestígio dos seus ascendentes, o que se reflecte pela forma muito adjectivada como a eles se refere.

Por outro lado, esta não deixou de reflectir as lutas partidárias, travadas pelas elites, como refere Vieira (1886): "*Neste meio assim tão preparado o Jornal da terra brota espontâneo, como um nenúfar nas águas dormentes dum lago*"¹⁴.

O desenvolvimento da imprensa foi tal que contamos, entre 1883 e 1930, 37 títulos e quatro tipografias, reflectindo o aceso debate político da época, constituindo-se como palcos das lutas travadas entre progressistas, regeneradores, republicanos, católicos, nacionalistas, assumindo, muitos deles, para além de finalidades explícitas de sentido político-partidário, as de pretensão literária.

¹³ Testamento Cerrado de José Florêncio Soares, Livro de Registos de Testamentos, n.º 51, fl.1-6, Arquivo Municipal de Fafe

¹⁴ VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo1, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, p.568

Servimo-nos novamente de Vieira e no seu delicioso relato:

"Ainda neste ponto Fafe não desmente a regra; aí tem na imprensa o seu órgão, a sua voz social, perdão, é melhor pôr a palavra no plural, visto que Fafe, política ao ponto de escrever artigos de fundo ... com marmeleiro, não poderia viver sem dois órgãos, um que fosse pelo grupo A, outro que fosse pelo grupo B.

Mas, que diabo! os assuntos, - porque Fafe não é positivamente uma Babilónia -, esgotam-se depressa, e aí se ficam no marasmo os panfletários vigorosos da véspera, esperando, ó céus, que uma eleição venha sacudir-lhes os nervos em crispações de estilo, mais apoplético na cor, do que o verde de Basto que nos serviram no hotel"¹⁵

As lutas políticas atingiram expressão de intolerância limite, com o assassinato, pela Guarda Republicana de João Faria Azevedo, descendente de uma das mais ricas famílias de "Brasileiro" do partido monárquico, quando, em plena praça, dava "vivas à Monarquia".

Se atrás fizemos referência aos apelos feitos na imprensa fafense, para que os emigrantes no Brasil se envolvessem financeiramente nas resolução de problemas da sua terra, apresentamos, seguidamente, um caso que reflecte o sentir dos que se encontravam no Brasil, para com os seus conterrâneos, onde ressalta, também, a trama social e parental.

Referimo-nos à figura de José Cardoso Vieira de Castro, nascido em 3 de Janeiro de 1838, na Quinta de Moreira, freguesia de São Salvador de Moreira da Maia, filho do Desembargador José Luís Lopes Vieira de Castro, Desembargador, natural de Fafe.

Na casa dos Vieira de Castro, no lugar do Ermo, São Vicente de Passos, concelho de Fafe, José Cardoso passa longas temporadas na companhia do seu amigo Camilo Castelo Branco. Este autor a ele se refere, longamente, nas Memórias do Cárcere, exaltando aí os pergaminhos da família dos Vieiras.

¹⁵ Idem, Ibidem

Aos 15 anos de idade, José Cardoso matriculou-se na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo sido excluído da instituição por acórdão do Conselho de Decanos em 5-8-1859. Em 1863, regressa à Universidade. Em 1865, como Deputado, inicia a vida pública. Em 1866, publica os seus discursos parlamentares (1865-1866), defendendo no parlamento, em sessão de 10-01-1865, o projecto das leis da desamortização. Em 13 de Setembro de 1866, parte para o Brasil, com 10 000 exemplares dos seus "discursos parlamentares" e instala-se na "chácara" do seu primo, o Comendador José António Vieira de Castro.

No dia 19 de Janeiro de 1867, pronuncia, no salão do Teatro Lírico do Rio de Janeiro, um discurso sobre o tema: "Da caridade e sua influência nas sociedades modernas". É apresentado ao imperador D. Pedro II, que o distingue com o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa, ao mesmo tempo que a rainha da Espanha lhe entrega a comenda de Carlos III.¹⁶

Em 28-2-1867, no Rio de Janeiro, casa com Claudina Adelaide Gonçalves Guimarães, filha do "Brasileiro" António Gonçalves Guimarães, natural da freguesia de São Martinho de Silvaes, concelho de Fafe, e é referido, na imprensa brasileira da época, como livreiro e

"um dos directores do Banco rural e hipotecário, que tem sido sempre do Banco do Brasil, e que é um dos nomes mais respeitáveis desta praça, não só pela sua elevada fortuna, como pelas suas elevadas qualidades, que aqui lhe conquistam a bem querença e a estima de quantos o conhecem (...). O Sr. Guimarães é incontestavelmente o principal capitalista da colónia portuguesa fafense, toda aliás muito notada pelos membros que a compõem" e um dos que integrou a comissão de angariação de fundos para a construção do Hospital de Fafe, no Rio de Janeiro"¹⁷.

José Cardoso Vieira de Castro, depois do casamento, parte em viagem de núpcias para New York, Londres e Lisboa. Regressado a Portugal, fixa-se na Quinta da Moreira da Maia em 9 de Maio de 1870. Dada a inadaptação da mulher à província,

¹⁶ MONIZ, Fernando Rebelo, J.C.Vieira de Castro, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1993

¹⁷ «Monitor Portuguez do Rio de Janeiro, citado pela "Gazeta de Portugal", Lisboa, 19 de Março de 1867

instala-se em Lisboa, na rua das Flores, onde, justificando-se com prática de adultério com um sobrinho de Garrete, assassina a mulher.

José Cardoso é condenado ao degredo para Luanda, partindo em 1871, onde vem a falecer em 5-10-1872. No processo judiciário surgem figuras ilustres como: José Duarte Ramalho Ortigão, escritor; António Augusto Teixeira de Vasconcelos, escritor e jornalista; José Adolfo Trony, catedrático de Coimbra, com quem José Cardoso privava.¹⁸

A figura desta personagem fafense, ilustre pelos seus méritos parlamentares e literários, filho de Desembargador, sobrinho de António Manuel Vieira de Castro, (Bispo de Viseu) Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros de D. Maria é, segundo Camilo, "o mestre dos Liberais". Era ainda primo do "Brasileiro" Comendador e presidente da Câmara José António Vieira de Castro, neto do Capitão José Luís Lopes. Possuía parentesco directo com as mais ilustres figuras fafenses, nomeadamente Mons. João Monteiro Vieira de Castro, Dr. Florêncio e Álvaro Monteiro Vieira de Castro, sendo este emigrante no Brasil. Era também ainda parente do "Brasileiro" José Ribeiro Vieira de Castro, fundador da companhia de Fiação e Tecidos de Fafe e um dos directores da Companhia de Carris na cidade do Porto.

Justifica-se a nossa longa referência à figura de José Cardoso Vieira de Castro pela importância de que se revestiu, como referente da ligação entre a comunidade dos Emigrantes fafenses na Cidade do Rio de Janeiro e a terra de origem. É disso exemplo a forma como a Gazeta de Portugal, de 25 Julho de 1865, exalta a sua figura e, a 19 de Março de 1867, relata o seu casamento no Brasil, as conferências e recepções de que foi alvo.

O primeiro artigo aparece como uma felicitação e um agradecimento dirigidos ao deputado José Cardoso Vieira de Castro, pelo ardor com que este deputado se empenhara em melhorar os destinos da pátria e a glorificação do berço, feita pelos naturais de Fafe residentes no Rio de Janeiro, referidos pelo periódico, como compatriotas " respeitabilíssimos pela sua fortuna e suas virtudes". Este público gesto, inicia-se com o desenho da tradicional perspectiva portuguesa sobre a ausência:

¹⁸ MONIZ, Fernando Rebelo, J.C.Vieira de Castro, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1993

“Nós que aspiramos o primeiro hálito de vida no mesmo torrão que honraste nascer; nós tão longe desses sempre vivos vales do Minho, que nos foram berço e são saudades, d'aquém mar saudamos o conterrâneo exímio que, como astro vivificador do universo, derrama pelo órgão onipotente de seu verbo a terra da pátria tal luz e esplendor, que ainda aquece e alumia aqueles que um destino pouco amigo arremessou a terras remotas e estrangeiras. [...] A vós, pois, a quem Deus fadou para tão altos feitos, nós, conterrâneos exilados, enviamos este fraco testemunho da nossa admiração e agradecimento pelo ardor com que vos empenhais em melhorar os destinos da pátria, e glorificar o nosso berço.”¹⁹

Assinam os fafense: Albino de Oliveira Guimarães, José António Vieira de Castro, José Antero da Silva Braga, Albino Mendes de Oliveira, Augusto Leite de Castro, Fortunato José de Sousa, , Custódio José da Costa Guimarães, José Gomes de Oliveira Guimarães, João Pinto Ferreira Sutil, António Gonçalves Guimarães, Bernardino Ribeiro de Freitas, António Joaquim Pereira Carvalho, António Gomes da Cunha Sobrinho, José Vieira da Costa e Silva, António Luís de Oliveira, António José Ferreira de Sousa Guimarães, José Maria Monteiro de Campos, Agostinho Gonçalves Guimarães, António Gomes de Castro, Manuel Moreira Fonseca.

A imprensa brasileira dá-nos notícia da composição da colónia de fafenses no Brasil, descrevendo-os como respeitabilíssimos pela sua fortuna, da qual inferimos, face à dimensão da terra, o peso simbólico desta comunidade e das expectativas que os residentes nela depositavam. Também a imprensa de Fafe nos informa das chegadas e saídas dos mais ilustres, bem como das principais iniciativas filantrópicas destes emigrantes.

A visibilidade pública dos emigrantes vai dar-se na construção de obras de interesse municipal e social, ao inserirem, no espaço urbano, os referentes de uma nova vivência, tipicamente burguesa, como por exemplo o Passeio Público, de cariz romântico, onde não falta um pequeno lago, um coreto construído em 1912 e um barco aí colocado em 1917. Situado no Outeiro do Calvário, apresenta uma estrutura

¹⁹ «Gazeta de Portugal», Lisboa, 25 de Julho de 1865

rectangular, todo murado, com a área de cerca de 70 m de largura e 150 de comprimento, permitindo, pela sua localização, a vista da cadeia montanhosa que circunda o concelho e da vila que outrora era airosa e discreta.

Esta obra, prevista pela Câmara em 1866²⁰ e iniciada em 1889²¹, foi inaugurado em 26 de Dezembro de 1892, devendo-se a sua construção ao emigrante do Rio de Janeiro, Comendador Albino de Oliveira Guimarães, deliberando a Câmara agradecer-lhe pelos «*valiosos serviços que prestara ao município para a construção do mesmo jardim, propondo por isso que (...) se exarasse na acta um voto de louvor àquele cavalheiro pelo grande melhoramento público que promovera, devendo isso ser transmitido para Lisboa*»²².

Este é, como todos os Jardins Públicos do século XIX, fechado e vedado, sendo, na época, de acesso "reservado" à burguesia local, que fazia do ócio um símbolo de estatuto social.

A construção da Igreja Nova de São José, iniciada 1895, com um legado de Fortunato José de Oliveira, no valor de oito contos de réis, conheceu o envolvimento de outros emigrantes do Brasil, nomeadamente de José Florêncio Soares, comendador Albino de Oliveira Guimarães, Bernardino da Cunha Mendes, João Alves de Freitas e José Ribeiro Vieira de Castro. Em 1908, a imprensa continua a fazer apelos aos "Brasileiros" para que se concluam as obras desta Igreja.

«Comendador Pereira de Sousa, natural da freguesia de Cepães, deste concelho e residente na grande e progressiva cidade fluminense onde é sócio da importante e florescente casa da firma - Sucena & C.^a. Chegou no dia 8 a Lisboa, seguindo de imediato para Águeda, acompanhado do seu sócio o Sr. Conde de Sucena. Á hora que este jornal circula, talvez já tenha chegado ou esteja prestes a chegar à sua aldeia natal, o nosso prezado concidadão. Depois de visitar Cepães e Fafe, seguirá para Vitell (França) - a uso das águas medicinais. O Sr. Comendador Pereira de Sousa é um grande

²⁰ Planta da Vila de Fafe, in MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "Brasileiros" (1860-1930), Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991

²¹ Esta obra pública foi orçamentada em 6400\$000, tendo a Câmara que pagar apenas as expropriações. Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º 14, 11-11-1889

benemérito da sua freguesia. E, como é um dos portugueses em preponderância no Brasil, também podia ser um benemérito desta vila. Temos essa importante obra da Igreja Nova por concluir. Uma subscrição a valer, no Rio, daria bem para a rematar. Saudando o valoroso conterrâneo, chamamos a sua atenção para isso.»²³

Os "Brasileiros" foram os responsáveis pelo desenvolvimento industrial local, investindo na instalação da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (Fábrica do Ferro), fundada em 1886, por José Ribeiro Vieira de Castro, empregando, em 1909, 450 operários, utilizando, a partir de 1927, a energia eléctrica através de três turbinas hidráulicas, instaladas na empresa. Esta, em 1914, dispõe de cantina, e em 1926, possui uma creche e lactário com duzentos leitos, escolas infantil e primária, tendo, em 1947, a frequência de 400 crianças, para uma população de 1300 operários, sendo nesta altura equipada com 18000 fusos e 780 teares mecânicos.

A Fábrica Têxtil do Bugio, fundada em 1873, por José Florêncio Soares, empregava em 1909, 250 operários, tendo em 1947, 11000 fusos, sendo 8400 de fiação e 3300 de torcedura, dispondo de 92 teares mecânicos.²⁴

Recolhemos informações orais junto de descendentes dos fundadores de que a instalação destas duas fábricas resultou do despique entre os seus fundadores, o qual derivava de posicionamentos políticos contrários.

A Fábrica Fafense de Gasosas, Refrigerantes e Laranjadas - Santo Ovídio (c.1918), fundada por Eustáquio Sequeira Mendes; a Empresa Têxtil do Rio Ferro, situada na freguesia de Armil, fundada em 9-3-1930 pelos descendentes do "Brasileiros" João Martins Guimarães, com a denominação social de Vasconcelos & C^a, iniciou a sua actividade com dez teares movidos a vapor e, a partir de 1931, passa a usar a energia eléctrica através de uma central própria.

Estas indústrias completam as iniciativas industriais mais significativas dos emigrantes do século XIX e funcionaram como um dos atractivos de população

²² Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º14, 26-12-1892

²³ «O Desforço», Fafe, 16-4-1908

²⁴ BASTOS, Carlos, *O algodão no Comércio e na Indústria*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947, pp.99-100

operária e de quadros especializados para a vila, integrando-se também nesse conjunto, a construção dos Bairros operários do Ferro e de São José.

A construção dos Asilos de Inválidos de Santo António e o da Infância Desvalida, foram promovidos respectivamente por Manuel Baptista Maia e António Joaquim Vieira Montenegro, também emigrantes do Brasil.

A este último, deve-se também a construção da Escola Primário de Travassós e a Deolinda Leite a construção da Escola Primária de São Martinho de Silhares com data de 5 de Agosto 1892.

A Associação dos Bombeiros Voluntários de Fafe (1890), recebe, para a sua fundação, dádivas dos emigrantes «brasileiros», nomeadamente de António José de Bastos Azevedo, que oferece o primeiro carro, depois de em reunião de fundadores ter sido deliberado «*enviar cartas a todos os cavalheiros de Fafe, residentes na República dos Estados Unidos do Brasil, pedindo-lhes o mesmo auxílio*»²⁵, tendo o dito pedido sido dirigido à Câmara.

Por fim, um conjunto de casas particulares, construídas por emigrantes do Brasil, surgem na centro cívico de Fafe, datadas de entre 1860 e 1930, cujas características arquitectónicas particulares vieram a designá-las por "Casa do «Brasileiro»".²⁶

«O século XIX é a época em que se verifica o retorno do emigrado no Brasil, que constitui um poderoso factor de difusão de cultura que tem sido devidamente considerado. Muitos elementos que se encontram simultaneamente em Portugal e no Brasil, não são possivelmente formas portuguesas que foram levadas para uma terra de povoação mais recente, mas pelo contrário, produtos elaborados nesse país de tão ricos contactos e relações de cultura, trazidas para Portugal pelo veículo de emigração de retorno, que no seu desejo de

²⁵ OLIVEIRA, Lopes de, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Fafe, Bombeiros Voluntários de Fafe, 11984, pp.53-55

²⁶ MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "Brasileiros" (1860-1930), Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991

ostentação, repete na sua terra, aquilo que aprendeu onde se fez grande.»²⁷

Na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, os emigrantes de retorno edificam neste local as suas habitações, definindo um recorte arquitectónico original e uma estrutura urbana de novas ruas e praças à imagem das que conheceram do outro lado do Atlântico e que lhes deu a fortuna.

«Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha arquitectónica devem-na as artes ao gosto e génio pinturesco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória e todas aqui fez reproduzir sob a inspirado pincel de trolha»²⁸

Durante o século XIX e primeira metade do séc. XX, a Câmara municipal delibera sobre diversos melhoramentos a realizar no centro cívico, repetindo intenções de proceder a melhoramentos públicos. Muitos deles não passam do projecto, por falta de fundos, da qual a imprensa local faz eco ao apelar a um "Brasileiro": *«como membro da Câmara pobre que tem muito a fazer excitámo-lo a um melhoramento qualquer de sua iniciativa»*.²⁹

A construção do Caminho de Ferro e Estação é inaugurado em 1907, sendo tornado público um convite feito pela comissão encarregada dos festejos convidando *"as pessoas mais gradas do concelho e as pessoas de elevada condição fora dele, que contribuíram para tão útil melhoramento"* ³⁰ para um jantar a realizar na Casa do Santo, exigindo-se expressamente, aos convivas: sobrecasaca, farda ou hábito talar. Não faltavam nos dez elementos, que compunham a dita comissão, os «Brasileiros» monárquicos.

A abertura da Avenida de 5 de Outubro, completa, com a abertura ou alargamento de algumas ruas, as vias estruturantes da vila do século XIX, as quais se mantêm até à segunda metade deste século.

²⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga d, GALHANO, F., *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial, 1986

²⁸ CASTELO BRANCO, Camilo, *O Senhor de Paço de Ninhães*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966, pp.23-24

²⁹ «O Desforço», Fafe, 1-6-1914

³⁰ «O Desforço», Fafe, 21-7-1907

Fafe é vista por Vieira (1886), como uma urbe que se reduzia à praça municipal e a duas ou três ruas e a um ou outro largo. Mesmo assim, em 1890, a Câmara municipal deliberara demarcar a urbe, definindo os limites da vila, contrapondo a urbe a outro espaço - o rural - que lhe ficava exterior:

«Que as barreiras da vila se estabelecessem nos seguintes pontos: a casa de José António Martins Guimarães, na Devesinha; casa de Manuel Baptista Maia, no Picotalho; casados herdeiros de António Joaquim Pinto Lobo, na Rua Nova; casa do dito Maia, rua do mesmo nome; casa de José da Cunha, na travessa que se dirige ao mesmo lugar; casa nova de António Teixeira de Carvalho e muro do quintal de Joaquim Mendes da Costa Franco, no Campo da Feira; muro do quintal de Leonardo Pinto Ferreira Velho, na travessa que conduz ao mesmo campo; e muro do quintal de D. Leonor de Freitas Carvalho, na Rua do Bairro.»³¹

Esta intencionalidade demarcadora de territórios rurais e urbanos é o indicador da existência de territórios e vivências sociais distintas, umas que situam no interior, onde se encontram instalados os burgueses e outros que se situam no exterior da vila, expressando diferenciação económica e social, como se depreende do seguinte texto que se refere às feiras de ano, 16 de Maio e 22 de Agosto, realizadas na Vila:

"[...] encontraria um artista esplêndidos motivos para o estudo, transportando para o seu album os costumes das lavradeiras, a fisionomia risonha dos burgueses da vila ou das donas de casa que vêm fazer as suas compras, os carros enfileirados, em volta de que se agrupam os compradores, as danças, os descantes."³²

Deste modo, num sítio onde dominava uma só rua que ligava Guimarães a Cavês, os «Brasileiros» implantam praças e pracetas, introduzindo na vila componentes simbólicos caracterizadores de uma nova vivência política, económica e social onde se instalam os emigrantes de retorno, designados por comendadores ou capitalistas.

³¹ Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º 14, 12-11-1890

³² VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo I, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, p.568

O centro cívico, em meados do século XIX, é libertado, por deliberação municipal, das edificações aí existentes, dado que perturbavam a ideia de um espaço cívico que se desejava espaçoso - a Praça.

«Tanto o edifício dos Paços do Concelho Municipais, como o do Tribunal Judicial, além de não se uniformizarem com os edifícios particulares desta formosa terra, que marcha na vanguarda do progresso, e de não terem as acomodações necessárias para preencherem os fins a que são destinados se acham ameaçando ruína, e, assim, propôs que a câmara apresentasse ao governo, a proposta de ser autorizada a aplicar toda a importância do seu fundo de viação às obras de reconstrução dos aludidos edifícios, ou reconstrução de outro no mesmo local, ou onde seja mais conveniente.»³³

Em 1906 a Câmara delibera «que o edifício para os Paços do Concelho, Tribunal Judicial e repartições concelhias, sejam construídos junto da projectada avenida e não no local em que se acham os actuais Paços Municipais para assim se exigir o aformoseamento da vila.»³⁴

A inauguração da Iluminação Pública surge em 1914, através da iniciativa de José Summavielle Soares, presidente da Câmara Municipal e neto do "Brasileiro" José Florêncio Soares, o que constituiu uma das principais iniciativas públicas da primeira metade do século XX.

A Vila, segundo "Almanaque Ilustrado de Fafe" de 1909, possuía 3740 habitantes e 981 fogos, distribuídos por ruas, praças e pracetas, onde os "Brasileiros" de retorno já tinham implantado as casas, e onde dispunham dos mais diversos equipamentos públicos, sociais e culturais necessários à urbe «Brasileira», bem como casas comerciais e serviços, contando-se: 20, dedicadas ao comércio de fazendas; 17, mercearias; 4, casas de ferragens; 2 de louças e vidros; 3, tabacarias; 1, doçarias; 4, farmácias; uma drogaria; 2, celeiros e correeiros; 3, ourivesarias; 6, barbearias; 3, talhos; 2, sapatarias; 10, representações de casas bancárias; 5, agências seguradoras; 5, representações Companhias Marítimas; 4 tipografias; 1, encadernador; 2 marcenarias;

³³ Deliberação Municipal, Livro de Actas n.º 15, 2-6-1897

³⁴ Deliberação Municipal, Livro de Actas, n.º 16, 24-10-1906

1, caldeireiro; 1, cutelaria; 2 moagens; 3, mestres estucadores; 3, mestres carpinteiros; 5, mestres carpinteiros; 5, mestres pedreiros; 1, mestre pintor; 3, padarias; 3, relojoarias; uma tinturaria; 1, tanoeiro; 2, alquilarias; 1, fábrica de velas de cera; 1, desenhador; 4, funileiros; 6, serralheiros; 4, ferradores; 3, alfaiates; 6, modistas; 2, cafés; 8, hotéis e hospedariais; 9, casas de pasto. Estes indicadores indiciam um interessante actividade económica.

Em Fafe, existia ainda o Telégrafo e a Mala - Posta que acrescentam os elementos necessários à existência de condições para a instalação de homens que desejam estar em contacto com outros "mundos".

O Hotel Fafense e o Central, com cerca de 30 quartos cada um, foram construídos por Vicente da Silva e Castro. Este aparece a requerer passaporte para a Baía, em 1845, na cidade do Porto, com a profissão de marceneiro, 26 anos de idade e casado. Estes hotéis vieram a ser herdados pelos filhos António e Manuel da Silva e Castro.

Sobre um dos hotéis do Minho e em particular do Vista Alegre de Fafe, encontramos em Vieira (1886), a seguinte descrição:

"Uma das coisas melhores que lá servem [referindo-se ao verde de Basto], se exceptuarmos o caldo verde primorosamente feito! E valha ao menos isso para esquecer as alcovas abafadiças e pouco olorosas, as ferroadas de vários insectos escarlates, o aceio, que falta como para animar o viajante a voltar ao seio desta frescura das hospedarias minhotas! Mas basta de ... vistas tristes no hotel de Vista Alegre."³⁵

O Clube Fafense, fundado em 1901, constituiu mais um espaço de representação da burguesia local, participando na sua fundação emigrantes de retorno e algumas das mais ilustres e letradas figuras monárquicas da vila.

"O Clube não falta em Fafe também, elemento de civilização que agremia em sociabilidade íntima os naturais e os adventícios, centro

³⁵ VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo1, Lisboa, Liv. A. M. Pereira, 1886, p.567 e 568

de recepção, onde chegam as novidades do mundo, que à noite são discutidas entre um volte de copas e um cálix de genebra." ³⁶

Este espaço social assume-se, nos estatutos de fundação, com a *"finalidade de desenvolver e fomentar relações de benevolência e boa sociedade entre os associados, proporcionando-lhes passatempo honesto e civilizador, por meio de conferências literárias, reuniões de famílias, conversação, dança, jogos lícitos, e outros quaisquer divertimentos de boa sociedade"*.³⁷

O Teatro-Cinema (1923), obra particular da iniciativa de José Summavielle Soares, um neto do “ Brasileiro” José Florêncio Soares, emigrante do Rio de Janeiro, inaugurado em 10 de Janeiro de 1923, numa terra onde já havia uma Sociedade de Recreio, um Grupo Dramático, um Grupo Musical, Teatro com animatógrafo, completaram, na época, os elementos de cultura necessários à nova burguesia, (novo grupo social, formado, principalmente, por emigrantes do Brasil) a qual se destaca, no conjunto da população local, pelo estilo de vida que então reproduziam e que haviam aprendido no Brasil urbano e em viagens ao estrangeiro.

A participação pessoal e financeira dos emigrantes de "Torna -Viagem" na criação das primeiras agremiações de natureza social, verifica-se também na constituição da Irmandade de São José, datada de 21 de Março de 1862, com a finalidade de gerir o hospital, na qual têm assento como provedores e mordomos, fazendo-se aí representar em retratos a óleo de grande formato, o que constitui outra das expressões de visibilidade simbólica do seu prestígio e estatuto social.

As representações feitas através da arquitectura e da decoração das fachadas das casas rebocadas e caiadas, ou cobertas com azulejos, onde estão presentes as cores do Brasil; os beirais de faiança; as varandas estreitas com guardas de ferro forjado ou fundido, ricamente ornamentadas; as platibandas decoradas, os lanternins, as clarabóias e as estatuetas, rematando as edificações; os átrios decorados com azulejo; as escadarias de madeiras preciosas; os tectos de estuque; as portas e as janelas altas encimadas por bandeiras com vitrais coloridos; os lustres de cristal e os delicados

³⁶ Idem, Ibidem, pp.567-568

³⁷ Estatutos do Clube Fafense da Vila de Fafe, Fafe, Ed. Tip. Adolfo Coimbra, 1901

móveis e porcelanas completam a teatralidade da figura do "Brasileiro" e do seu tempo.

O cemitério constitui outros dos espaços de interesse para o conhecimento desta personagem, onde os vemos ocupar, tal como nas ruas da vila, os lugares de maior destaque, optando, uns pela construção de capelas, outros pelo próprio busto a encimar uma coluna alta, e ainda outros, por esculturas femininas. Estas representações constituem mensagens identificadoras das opções ideológicas e políticas que orientaram as suas vidas, as quais podem ir desde a crença católica, à agnóstica, ou maçónica.

Finalmente, e depois de termos reconstituído a genealogia de cerca de 40 proprietários construtores das casas de "Brasileiro", verificamos que eram filhos da elite de proprietários rurais, reproduzindo, também daquele modo, as hierarquias e os posicionamentos sociais dos ascendentes. Por outro lado, constatamos que alguns deles, depois de construírem as casas, abandonaram a vila, para se instalarem nas cidades de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa. Este comportamento de abandono observa-se, com mais frequência, nos seus descendentes, principalmente nos que obtiveram graus académicos nas universidades.

No caso das famílias de proprietários, a lógica da emigração apresenta um conjunto de variáveis inscritas no quadro das opções estratégicas de acesso à propriedade referencial da família e, consequentemente, na regulação do estatuto social através da sucessão, em tempo de partilha universal de bens, reduzindo o número de herdeiros através do celibato definitivo, da emigração e pela ida para as universidades, bem como através das opções matrimoniais e, excepcionalmente, pelo controlo da natalidade, como foi o caso da família Soares, onde durante três gerações existiu um único herdeiro.

Simultaneamente verifica-se a existência de uma estratégia que marca as opções matrimoniais, observando-se uma declarada preferência nas escolhas dos parceiros: as filhas de emigrantes optam por casar com emigrantes, com filhos de emigrantes ou sócios destes, criando uma trama parental complexa, que conduziu à expressão actual de uma figura ilustre: - somos todos primos! - referindo-se à elite local dos descendentes dos "Brasileiros", que ainda residem em Fafe.

Estas tipologias verificam-se, por exemplo na figura de Miguel António de Campos, proprietário e comerciante, que em 1857 aparece como um dos quarenta maiores proprietários. Os seus descendentes, José Maria Monteiro Vieira da Castro, nascido em 11/05/1846, emigrou para o rio de Janeiro em 24/07/1857, com 11 anos de idade; Álvaro Monteiro Vieira de Castro, nascido em 23-01-1848, emigrou para o Rio de Janeiro, em 1861, com 13 anos. Enquanto o Dr. Florêncio, advogado e o Mons. João Monteiro Vieira de Castro, se tornaram políticos activos na administração municipal, os irmãos Padre António, Ana e Emília, faleceram celibatários.

Maria Monteiro Vieira de Castro nascida em 23-07-1844 e falecida em 1872, casada com José António Martins Guimarães (1821-1911), "Brasileiro", natural da freguesia de Armil, activo no partido progressista, membro da Câmara e um dos financiadores da construção do Hospital, foi a descendente em que se verificou a estratégia matrimonial e de concentração de herança acima referidas.

As diferentes estratégias observam-se também nas famílias de Victorino António de Freitas, José Florêncio Soares, José António Filipe de Castro, Oliveira Guimarães, Cunha Mendes, Azevedo, Leite de Campos.

Este último, nascido em Várzea Cova, pai de dois emigrantes, um Advogado e de cinco filhas menores, faleceu no dia 22/3/1886, com 54 anos de idade. Era casado com Emília Novais e Castro, do lugar e Casa da Ordem em Medelo e do inventário orfanológico, obtivemos a informação de que era senhor único de 7.149.304 réis, dado que casara com separação de bens, tendo como herdeiros oito filhos. Manuel e Albino Leite Campos emigraram para o Brasil, vindo este a construir a sua casa em Fafe, para depois se instalar como industrial no Porto e José Maria Leite Campos exerceu a profissão de advogado e notário na cidade de Fafe. Todos os bens imóveis descritos foram encabeçados pela co-herdeira Maximina Leite Campos na quantia de 6.297.745

réis, quando ainda solteira, com vinte anos de idade, se encontrava prometida a João Soares, proprietário.³⁸

A gestão da mobilidade intercontinental definida pelos proprietários e agricultores exclui a saída dos indivíduos do sexo feminino, promove a saída de filhos solteiros ou menores para a cidade, como caixeiros aprendizes dos segredos do comércio e facilita a emigração para o Brasil com menos de 14 anos de idade, justificada em razões de natureza militar.

A migração interna, principalmente para o Alentejo e particularmente para as carvoarias da Chamusca, incide nos indivíduos do sexo masculino, independentemente do estado civil, nos de maior idade e do estrato social mais baixo, sem profissão ou designados genericamente por trabalhadores.

Os emigrantes de retorno, ao participarem no processo de desenvolvimento fafense com iniciativas de carácter individual ou de grupo e ainda, ao integrarem-se na vida das instituições públicas e particulares, denotam comportamentos sociais de afirmação e confirmação de lideranças, através das quais os «brasileiros» se distinguem e afirmam como parte integrante da burguesia, necessária ao processo de afirmação de uma vivência urbana, liberal e capitalista. Podemos afirmar que todas as iniciativas ou vivências de Fafe no séc. XIX e primeira metade do XX, foram produto da acção directa ou indirecta dos emigrantes do século XIX, que enriqueceram no Brasil, fazendo dessas iniciativas a representação simbólica do seu poder, estatuto económico e social em tempo de retorno.

Integravam o grupo dos eleitores, os contribuintes que fossem cabeça de casal, o que excluía as mulheres casadas. Por outro lado, o Decreto-Lei de 30 de Setembro de 1852, prescrevia que os eleitores tivessem de renda líquida anual 100\$000 réis (provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ter emprego inamovível e ser de maior idade) e que os elegíveis tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual ou pagar 20\$000 réis de décima e impostos de prédios rústicos e urbanos arrendados.

³⁸ Cf. MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves, *Migrantes Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926) – Territórios, itinerários e Trajectórias*, Braga, Universidade do Minho, 1996

Esta perspectiva, que contraria a tradicional ideia da emigração pobre, é confirmada pelo facto de identificarmos, entre 1834 a 1926, 7321 emigrantes fafenses, dos quais sabemos a profissão de 2949. Destes, 28% eram provenientes da elite económica, ou seja; 19%, proprietários; 6%, capitalistas; 3%, negociantes, seguindo-se na escala social, os agricultores com 21% e os jornaleiros com 11%.

Estes dados ganham sentido comparativo, face à estratificação económica e social obtida através do recenseamento eleitoral, feito para o ano de 1881/82 e tendo em conta os dados do censo de 1890.

Neste ano, a população do Concelho de Fafe era aproximadamente de 25600 habitantes, sendo 12143 activos. Por outro lado, a população eleitoral era de cerca de 4197 eleitores, sendo 437 elegíveis a deputados e 3760 não elegíveis, ficando excluídos do rol eleitoral 7946 cidadãos activos.

Inferimos, assim, que no conjunto da população activa do concelho de Fafe existia uma elite de 3,6 proprietários elegíveis a deputados, que ocupavam o topo da pirâmide social. Seguiam, no patamar intermédio da escala social, 31% dos eleitores não elegíveis, incluindo: 12,4 %, de outros proprietários, segundo-se os agricultores, os jornaleiros, artesãos e outras profissões. No lugar inferior da estratificação social local, encontravam-se 65,4% dos excluídos do processo eleitoral, por terem rendimentos muito baixos ou por serem as mulheres dos eleitores.³⁹

Face aos dados apurados, concluímos que emigração é um comportamento socialmente diferencia, que incidu, entre 1834 e 1926, nos grupos mais favorecidos.

³⁹ MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves, *Migrantes Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926) – Territórios, itinerários e Trajectórias*, Braga, Universidade do Minho, 1996

Bibliografia

Bastos, Carlos, *O Algodão no comércio e na indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947

Castelo Branco, Camilo, *O Senhor de Paço de Ninães*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966

Chagas, João "Aspectos do Brasil, *Branco e Negro*, Lisboa, 1 (3), 1896.

Coimbra, Artur F., "Os «Brasileiros» e assistência em Fafe", *Dom Fafes*, Ano IV, nº4, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1997

Impressões do Brasil no Século Vinte - Sua História, Seo Povo, Comércio, Indústria e Recursos, Ed. Lloyd's Greater Brittain Publishing Company, 1.^a- (Direct. principal: Reginald Lloyd), London, 1913.

Moniz Rebelo, Fernando, *J. C. Vieira de Castro*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1993.

Monteiro, Miguel Teixeira Alves, *Migrantes, Emigrantes e "Brasileiros" (1834-1926) - Territórios, itinerários e trajectórias*, Braga, Universidade do Minho, 1996.

Monteiro, Miguel, *Fafe dos "Brasileiros" (1860-1930) Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Ed. Autor, 1991.

Oliveira, A. Lopes de, *Bombeiros Voluntários de Fafe*, Fafe, Bombeiros Voluntários de fafe, 1984

Oliveira, Ernesto Veiga de, e Galhano, F., *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife*, Recife, Pool Editorial, 1986.

Queirós, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, vol.2, Porto, Lelo, 1978

Vieira, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo 1, Lisboa, Liv. A.M. Pereira, 1886

Fontes

«Gazeta de Portugal», Lisboa, 25-07-1865.

«O Comércio do Porto», Porto, 21 de Março de 1863.

«O Desforço», Fafe, 1 de Junho de 1914.

«O Desforço», Fafe, 1-6-1914.

«O Desforço», Fafe, 16-4-1908.

«O Desforço», Fafe, 21- 07-1907.

«O Desforço», Fafe, 6 -12-1912.

«O Desforço», Fafe, 9 de setembro de 1920.

Deliberação municipal, Livro de actas n.º 14, 26 -12-1892.

Deliberação municipal, Livro de actas n.º 15, 2-6-1897.

Deliberação municipal, Livro de actas n.º 22, de 24-2- 1917.

Deliberação municipal, Livro de actas n.º14, 12-11-1890.

Deliberação municipal, Livro de actas n.º16, 24-10-1906.

Deliberação municipal, livro de actas nº7, de 6-9-1859.

Deliberação Municipal, Livro de actas, n.º 14, de 11/11/1889

Testamento cerrado de José Florêncio Soares, Livro de Registos de Testamentos, nº.51, fl.1-6, Arquivo Municipal de Fafe.

Estatutos do Clube Fafense da Vila de Fafe, ed. Tip. Adolfo Coimbra, 1901.